



Governo do Distrito Federal  
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Diretoria de Obras

Nota Técnica N.º 5/2026 - NOVACAP/PRES/DO

Brasília-DF, 26 de janeiro de 2026.

**ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO (DE ACORDO COM A LEI 13.303/2016)**

<b>OBJETO:</b>	Registro de preços para contratação de empresa para implantação de vias em pavimento asfáltico em diversos locais de Samambaia, Recanto das Emas, Água Quente, Gama, Riacho Fundo I e II, Park Way, Núcleo Bandeirante, Lago Sul, Santa Maria e Candangolândia.
----------------	---

**INTRODUÇÃO:**

O presente documento se refere ao Projeto Básico para registro de preço visando a contratação de empresa para implantação de vias em pavimento asfáltico em diversos locais de Samambaia, Recanto das Emas, Água Quente, Gama, Riacho Fundo I e II, Park Way, Núcleo Bandeirante, Lago Sul, Santa Maria e Candangolândia.

Tal demanda faz-se necessária, tendo em vista as inúmeras demandas apresentadas à Novacap, advindas de outros órgãos e Administrações Regionais, para implantação de pavimentos em asfaltos, parte dessa execução tem sido realizada pela mão de obra direta desta Companhia.

No entanto, considerando os limites operacionais para execução desses serviços pela Divisão de Obras Direta tal contratação é medida necessária.

Os assuntos aqui tratados obedecem à Lei Nº 13.303 de 30 de junho de 2016, publicada no DOU – Diário Oficial da União em 01 de julho de 2016, ao Decreto Nº 8.945 de 27 de dezembro de 2016, ao Decreto Distrital Nº 37.967 de 20/01/2017 e ao Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

**OBJETO**

Registro de preços para contratação de empresa para implantação de vias em pavimento asfáltico em diversos locais do Samambaia, Recanto das Emas, Água Quente, Gama, Riacho Fundo I e II, Park Way, Núcleo Bandeirante, Lago Sul, Santa Maria e Candangolândia.

**JUSTIFICATIVA**

O procedimento licitatório tem como objetivo atender às inúmeras demandas apresentadas à Novacap para a implantação de pavimento em asfalto nas vias e espaços públicos do Distrito Federal.

A contratação visa a implantação de vias remanescentes de Projetos Urbanísticos aprovados e também para os casos previstos na Lei 986/2021 de 30 de junho de 2021, que Dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana – Reurb no Distrito Federal.

A fim de atender essas solicitações, faz-se necessário realização de estudos e elaboração de estudos técnicos, visando a melhoria da mobilidade urbana, tendo em vista que as vias pavimentadas proporcionam um deslocamento mais rápido e seguro para veículos e pedestres, o que incorre na melhoria da qualidade de vida das cidades, trazendo benefícios para os moradores.

A responsabilidade pela implementação e gestão das obras licitadas é atribuição da Novacap. Sua função é definir as diretrizes e fiscalizar os serviços das empresas contratadas, com o propósito de implementar empreendimentos de infraestrutura e urbanização em todo o Distrito Federal.

**ADOÇÃO DO SRP**

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, conforme atribuições definidas em seu Estatuto Social, executa suas atribuições mediante demandas apresentadas pelos entes legitimados e de acordo com a correspondente destinação e disponibilização dos recursos orçamentários e financeiros suficientes para sua execução.

Neste sentido o sistema de registro de preço se demonstra efetivo pois embora as demandas para implantação de vias em pavimento asfáltico em diversos locais do sejam contínuas e recorrentes a previsão quantitativa das intervenções é difícil.

Embora seja certa a necessidade de execução desses serviços, não é possível determinar previamente as extensões a serem implantados ou substituídos em cada demanda.

Além disso, a execução das obras de pavimentação exigem mobilização simultânea de equipes e equipamentos pesados, cujos custos variam conforme a complexidade e urgência da intervenção. Nesse cenário, a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) mostra-se o instrumento contratual mais adequado, pois possibilita responder de forma ágil e planejada às necessidades emergenciais e programadas, sem necessidade de instaurar novas licitações a cada demanda, garantindo padronização técnica, economicidade e continuidade operacional.

Sob o ponto de vista operacional e estratégico, o SRP assegura:

- Disponibilidade imediata de empresas qualificadas, aptas a atuar em diversas frentes simultaneamente;
- Flexibilidade na execução, ajustando o volume contratado conforme a necessidade real dos Departamentos operacionais;
- Padronização dos serviços e materiais, garantindo maior durabilidade e controle de qualidade;
- Racionalização de custos e agilidade processual, evitando múltiplas licitações pontuais;
- Previsibilidade orçamentária e gestão eficiente de recursos públicos.

Portanto, a contratação por Ata de Registro de Preços constitui a solução mais vantajosa, célere e juridicamente segura, compatível com a natureza dinâmica e imprevisível das demandas para implantação de vias em pavimento asfáltico.

**OBJETO:** Registro de preços para contratação de empresa para implantação de vias em pavimento asfáltico em diversos locais de Samambaia, Recanto das Emas, Água Quente, Gama, Riacho Fundo I e II, Park Way, Núcleo Bandeirante, Lago Sul, Santa Maria e Candangolândia.

De natureza comum	<b>SIM</b>	<b>X</b>	<b>NÃO</b>	
De prestação continuada	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
Eminentemente intelectual	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
Possui inovação tecnológica ou técnica	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
De Tecnologia da informação	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
Possui mão de obra exclusiva	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>

Conforme demanda o Art. 15 do regulamento de Licitações e contratos da NOVACAP:

1 - os serviços possuem natureza comum, visto que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no Edital de licitação mediante especificações usuais do mercado. A técnica envolvida nestes serviços é conhecida, dominada e oferecida pelo mercado do objeto ofertado, de forma que permite a sua descrição de forma objetiva no Edital, incluindo características, quantidades e qualidades padronizadas;

2 - os serviços objeto da presente contratação não são de natureza continuada

3 - o objeto da presente contratação não é eminentemente intelectual nem de Tecnologia da Informação, visto que se trata de fornecimento de serviços de engenharia;

4 - trata-se de serviço de natureza comum que não apresenta inovação tecnológica ou técnica;

5 - os serviços ora licitados não são de Tecnologia da Informação uma vez que não se trata da aquisição de conjunto de tecnologias e/ou soluções computacionais (Hardware e Software) que permitam a obtenção, armazenamento, gerenciamento, processamento, proteção e uso de dados e informações;

6 - não se trata de contratação de mão de obra exclusiva.

DEMANDA DA CONTRATAÇÃO	
Estimada	X
Definida	

PARCELAMENTO DO OBJETO	SIM		NÃO	X
A decisão pelo <b>não parcelamento</b> do objeto justifica-se pelo fato de que a divisão em múltiplos lotes <b>não proporcionaria ganho de economia de escala</b> , resultando, ao contrário, em aumento dos custos relativos à administração local e à fiscalização, bem como em maior complexidade no acompanhamento das atividades. Tal cenário impactaria negativamente a eficiência da gestão, de modo que a manutenção da contratação em sua integralidade assegura melhores condições de economicidade e de otimização dos recursos humanos e operacionais da Companhia, em consonância com o § 2º do art. 20 do RLC/NOVACAP.				

MODALIDADE	
Procedimento Licitatório Eletrônico	
Procedimento Licitatório Presencial	
Pregão Eletrônico	X
Pregão Presencial	
Dispensa de Licitação	
Inexigibilidade de Licitação	

PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	SIM	X	NÃO	
PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA	SIM		NÃO	X
PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	SIM	X	NÃO	
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP	SIM		NÃO	X

**JUSTIFICATIVA:**

1 - Não haverá restrição à participação de empresas consorciadas, desde que atendidas as exigências de qualificação técnica e demais condições estabelecidas no Edital. A participação de consórcios nos serviços de engenharia, tem a finalidade de unir a capacidade de trabalho e produção somados ao conhecimento dos serviços, já que a demanda requer além de serviços de engenharia a utilização de material betuminoso. Material esse que requer capacidade de armazenamento e usinagem adequados, requerendo técnica especializada.

2 - Nos termos da Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União (TCU), é vedada a participação de cooperativas de trabalho em licitações quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado, houver necessidade de subordinação jurídica, pessoalidade e habitualidade na prestação dos serviços.

No caso em apreço, verifica-se integral enquadramento nessa hipótese, uma vez que as atividades envolvem equipes técnicas especializadas atuando de forma coordenada, subordinada e contínua, sob controle direto da contratada. O serviço exige planejamento integrado, execução mecanizada, gestão operacional centralizada, observância de rotinas de segurança e cumprimento rigoroso de padrões técnicos e de produtividade, em conformidade com as normas do DNIT e com o acompanhamento da fiscalização da NOVACAP.

A ausência de subordinação jurídica e de vínculo empregatício formal comprometeria o controle da execução, a uniformidade dos resultados e a segurança das equipes, tornando incompatível a participação de cooperativas de trabalho. Assim, a restrição fundamenta-se não apenas na Súmula nº 281 do TCU, mas também nas peculiaridades do objeto, que demandam coordenação hierárquica direta e responsabilidade integral da contratada sobre todos os aspectos da execução.

3 - A participação de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) será admitida. Visando atender à legislação vigente, será imposta pela CONTRATANTE à CONTRATADA a subcontratação compulsória de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) no percentual mínimo de 10% e máximo de 25% do valor do objeto.

<b>PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO</b>	<b>SIM</b>	<b>X</b>	<b>NÃO</b>	
<b>PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA</b>	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
<b>PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE</b>	<b>SIM</b>	<b>X</b>	<b>NÃO</b>	

<b>MODO DE DISPUTA</b>	
Aberto	<b>X</b>
Fechado	
Combinado	

<b>CRITÉRIOS DE JULGAMENTO</b>	
Menor preço	<b>X</b>
Maior desconto	
Melhor combinação de técnica e preço	
Melhor técnica	
Melhor conteúdo artístico	
Maior oferta de preço	
Maior retorno econômico	
Melhor destinação de bens alienados	

<b>MODO DE FORNECIMENTO</b>	
Entregas Parceladas / Preço unitário	<b>X</b>
Entrega Única / Preço global	



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ LUIZ OLIVEIRA VAZ - Matr.0074895-1, Diretor(a) de Obras**, em 26/01/2026, às 20:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **193114507** código CRC= **17826651**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF  
Telefone(s):  
Site - [www.novacap.df.gov.br](http://www.novacap.df.gov.br)